

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

PROJETO DE LEI Nº 6.193, DE 2023

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que “cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências”, para incluir como prioritária as aplicações de recursos financeiros na Amazônia Legal.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relator: Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.193, de 2023, altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que “cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências”, “para incluir como prioritária as aplicações de recursos financeiros na Amazônia Legal”.

A proposição foi distribuída às Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD), encontrando-se sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



A proposição visa alterar a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que trata da criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. O objetivo do autor é incluir entre as prioridades do Fundo, as aplicações de recursos financeiros na Amazônia Legal.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente é o mais antigo fundo ambiental da América Latina. Ele foi criado com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Conforme justifica o autor, há essa necessidade de incluir expressamente apenas a Amazônia Legal como prioritária nas aplicações dos recursos financeiros do Fundo, de modo a atender demandas necessárias e urgentes de proteção ao meio ambiente brasileiro, tendo em vista principalmente o cenário dos últimos anos envolvendo as interferências climáticas que assolaram a região, sobretudo, com a seca dos rios da Amazônia em 2023.

O art. 5º dessa lei determina que serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do fundo, em projetos nas seguintes áreas: unidade de conservação; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental; manejo e extensão florestal; desenvolvimento institucional; controle ambiental; aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; e recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais.

Além disso, o § 2º do art. 5º da Lei determina que, sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal ou no Pantanal Mato-Grossense. O objetivo do autor do Projeto de Lei é priorizar apenas a Amazônia Legal.

Entendo que além da Amazônia Legal e Pantanal, deveria também ser priorizado o uso de recursos em projetos localizados em qualquer município com altas taxas de desmatamento e queimadas, conforme dados do Poder Público.



Essa medida permitirá, por exemplo, a aplicação mais célere de recursos em cidades da Amazônia Legal, que vem sofrendo com intenso desmatamento e que não possuem recursos financeiros necessários para atividades de controle ou recuperação ambiental.

De modo a não prejudicar o projeto do nobre autor, entendemos pela necessidade de se manter o Pantanal Mato-Grossense entre as prioridades, mas incluir também dispositivo para que os municípios com altas taxas de desmatamento ou queimadas, conforme dados do Poder Público, a exemplo do levantamento anual divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), estejam entre as prioridades de projetos a serem agraciados com recursos do referido Fundo.

Certo que tal ação contribuirá para o combate aos ilícitos ambientais, bem como para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e recuperação de áreas degradadas, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.193, de 2023, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
Relator



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.193, DE 2023

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para dispor sobre a priorização de projetos a serem financiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente para tornar prioritário o financiamento, com recursos do fundo, de projetos em municípios com altas taxas de desmatamento ou queimadas, conforme dados do Poder Público.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal, no Pantanal Mato-Grossense e em municípios com altas taxas de desmatamento ou queimadas, conforme dados do Poder Público.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
Relator

